

Para Dauster, Brasil tem mais credibilidade externa

Sônia D'Almeida — 13/02/87

Manoel Francisco Brito
Correspondente

NOVA IORQUE — No próximo dia 10, o Brasil senta-se à mesa para iniciar talvez aquela que seja a mais dura etapa da renegociação de sua dívida externa: a discussão com os credores privados. Aos banqueiros, o país apresenta logo uma novidade, um negociador da dívida, com cargo específico e estrutura própria. Ele é ocupado por um diplomata de carreira, tradutor de J. D. Sallinger para o português, que temperou suas habilidades como negociador durante sua passagem, na década de 80, pela representação em Londres do Instituto Brasileiro do Café.

Seu nome é Jório Dauster. De seu posto londrino, Dauster pôde observar, a partir de 1982, a criação de um modelo econômico em países como o Brasil que tinha um dos seus pontos de apoio na transferência de recursos para o exterior para o pagamento da dívida, e na materialização de um superávit comercial e fiscal um de seus principais objetivos.

"O que tínhamos era o rabo da dívida abanando o cachorro da economia", afirma Dauster. "Isso o Brasil não vai fazer mais. Mas para reestruturar nosso endividamento externo, tínhamos primeiro que arrumar a nossa casa", diz, descontando as acusações de que o Brasil faz corpo mole para negociar com seus credores. "Se você chegasse com esta conversa de renegociar no dia 16 de março, era o mesmo que vir pedir um papagaio ao seu gerente de banco dirigindo um tremendo carrão. Ele recusaria", compara.

"Agora não, estamos pedindo o papagaio e dizendo: eu estava de Fusquinha, mas vendi ele e vim de bicicleta. É óbvio que isso nos dá mais credibilidade", diz. Apesar disso tudo, Jório não guarda ilusões sobre a negociação: ela será difícil e vai acontecer numa conjuntura de retração econômica, incentivada sobretudo pela crise no Golfo Pérsico. Na sexta-feira, Dauster recebeu o JORNAL DO BRASIL por uma hora para conversar sobre o processo de desmontagem de um dos pilares do caótico passado econômico brasileiro: a dívida externa.



Dauster: crise do Golfo dificulta negociar dívida

Trechos da entrevista

Passado da dívida

É fundamental entender o que o Brasil pretende na área da dívida externa. Não pretendemos repudiá-la. Queremos apenas que seja uma dívida boa, para nós e para os banqueiros. Agora ela é ruim para ambos. Nós não pagamos e eles não recebem. O que repudiamos é o modelo sobre o qual as negociações passaram se asentaram. Os bancos também precisam tirar este modelo de sua cabeça. Tem banqueiro exigindo novamente que o Brasil busque políticas de superávit fiscal e comercial pura e simplesmente para enviar dólares ao exterior. Nos últimos sete anos, mandamos para fora, em serviços e amortização da dívida, US\$ 60 bilhões. E no entanto, em 1989, a dívida de médio e longo prazo chegou à US\$ 100 bilhões. Assim não dá mais.

Os pagamentos

A comunidade financeira internacional tem que entender que estamos consertando relógio em terremoto. O tranco que o Brasil levou é considerável e não vamos permitir que os pagamentos da dívida ameacem nossas reformas fiscais e monetárias. Temos limites ao desembolso, ditado por um programa econômico que vai muito além do que era exigido por instituições multilaterais como o FMI. Não há número mágico, mas um conceito. O Brasil só paga aquilo que for compatível com sua estabilidade econômica e financeira e as necessidades de seu crescimento.

Juros atrasados

O Brasil vai submeter o problema dos juros atrasados às negociações mais amplas. Não há nenhuma intenção de se fazer pagamentos anteriores, muito menos simbólicos. A Argentina, antes de negociar com os banqueiros, fez um pagamento de US\$ 40 milhões como forma de mostrar sua boa-fé. Chamaram este desembolso de simbólico. Ora, não era isso nem para os argentinos — pois a quantia representava um enorme sacrifício dentro das condições da sua economia — e muito menos para os banqueiros. A Argentina não ganhou qualquer financiamento novo em troca e continuou classificada como mau-pagadora pelo governo americano. Quando se inicia uma negociação por um gesto simbólico, discute-se o grau do simbolismo, coisa que não tem nada a ver com o mundo real.

Impasse

Nenhum dos lados tem interesse no

impasse. As declarações públicas de qualquer parte envolvida numa negociação não passam de pose para a platéia. É uma coisa de postura, equivalente a dois pugilistas, que ficam se encarando no ringue antes de começar a luta. Não há novidade em um banqueiro exigir o que lhe é devido. Estranho seria o contrário. Mas se eles insistirem na questão dos atrasados, eu fecho a gaveta e pronto. O que vão fazer? O tempo das canhoneiras já passou. Ninguém obriga o Brasil a pagar, o que não quer dizer que o Brasil não quer pagar. Quer, mas não com o taxímetro na bandeira 2.

Conjuntura mundial

Ela é muito ruim. Para a economia mundial, dentro de um quadro de recessão nos Estados Unidos e mais a retomada da inflação nos países industrializados, o risco que se coloca é o de uma retração nos dólares disponíveis para investimentos e uma escalada na taxa de juros. O Brasil se encontra numa situação delicada, porque com a alta dos preços do petróleo, o país teve um aumento direto na sua folha de importações de US\$ 4 bilhões. Já perdeu cerca de US\$ 400 milhões em importações para o Kuwait e o Iraque e a tendência é de que a balança comercial sofra mais ainda. Isto torna a posição brasileira na mesa de negociações, não sei se mais frágil, mas certamente mais complexa.

Sistema bancário

Ele vem sofrendo sérios problemas que não têm absolutamente nada a ver com a dívida externa do Terceiro Mundo. Decorrem de uma exposição excessiva a investimentos mal feitos no mercado imobiliário e no financiamento de fusões de mega-empresas. Se preocupavam com retornos de curto prazo que não se revelaram lucrativos. Estão com suas margens ruins e, num mercado em retração, a coisa tende a piorar mais ainda.

Hora de acordo

Numa negociação ninguém se beneficia por causa da penúria do interlocutor. Se o Brasil ou os bancos estivessem em condições melhores teriam uma conversa muito mais tranquila. A atual conjuntura impõe para ambos os lados a necessidade de se chegar rápido a um acordo. As incertezas mais à frente podem ser piores ainda para os dois.

Curto prazo

O fato de que o Brasil suspendeu

os pagamentos afeta obviamente a concessão das linhas de curto prazo. Elas, de certo modo, continuam protegidas pelo acordo de 88, quando, dentro de certas regras, foram acertadas como sendo compulsórias aos credores até final de março de 91. A aproximação do final do período negociado aumentou a turbulência. Há de fato uma erosão nas linhas de curto prazo, provocada sobretudo por bancos pequenos e médios, que estão tentando se livrar delas para até, quem sabe, não serem enquadrados num futuro e possível acordo que inclua sua compulsoriedade. As características deste processo de erosão são variadas. A mais comum é o encurtamento do prazo de 90 dias para apenas 30, por exemplo.

Subgrupos

Depois de identificar todos os instrumentos que podem fazer parte de uma negociação, em vez de concentrar toda a discussão naquele comitê maior, pode-se criar mesas específicas. Quem quer peixe, pega só peixe, quem quer carne só carne e assim por diante. A negociação com subgrupos fica muito mais fácil.

A negociação

O processo de negociação é como um jogo de xadrez, só que com diversos tabuleiros. Um movimento num deles afeta o jogo no outro. O Brasil tem vários tipos de credores. Este ano, o país tem que pagar ao FMI, sem receber nada, só de dívidas anteriores, US\$ 1 bilhão. Esse pagamento é prioritário, se não o Brasil vira um pária, perde direito de voto. Depois, vêm o Banco Mundial e o BID, que tiram seus fundos do mercado. Se não pagar a eles, você deixa de ter acesso à alguém que ainda te empresta dinheiro. Para estes, vão mais US\$ 1 bilhão. Depois vem as agências de governo, o Clube de Paris, que são dívidas de financiamento para a exportação que também não podem ser abandonadas. Depois vêm os bancos. Não foi o Brasil que fez essa fila.

Definição

Estamos buscando definir a quantia a ser paga aos bancos. Levaremos a eles até a metodologia da conta. Vai ter discussão sobre isso, mas de forma dinâmica, que vai depender de o país crescer.

Dinheiro novo

Por enquanto, não. Isto é mais endividamento e, agora, queremos primeiro resolver a dívida antiga.